

---

## EDITORIAL

---



*João Luís Rodrigues Leal*<sup>1</sup>  
*Tenente-Coronel de Infantaria*

A questão do acordo ortográfico tem provocado acesas polémicas, assentes em posições não raras vezes ofuscadas por visões apaixonadas.

Tratando-se de um assunto da maior importância, que pode ser abordado de diferentes ópticas, merece, da nossa parte, que nos debrucemos sobre a importância da língua como instrumento da política externa de um Estado e, de forma mais abrangente, da língua como instrumento de poder ao serviço dos Estados.

Começamos por considerar a existência de um Espaço da Lusofonia, que corresponde essencialmente ao espaço descontínuo da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e da diáspora portuguesa.

A Lusofonia serve para manter em respeito os parceiros internacionais, que tendem a ver a língua portuguesa como língua viva, que ao longo de oito séculos evoluiu e fez comunicar povos em todos os cantos do mundo, e ainda hoje cimента relações entre países de diferentes continentes.

A língua portuguesa constitui verdadeiro vínculo histórico e património comum dos Estados membros da CPLP, mas não devemos ficar alheios aos baixos índices de alfabetização e escolaridade existentes nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste, onde a percentagem de população que

---

<sup>1</sup> Editor e Membro do Conselho Editorial da Proelium. É Professor das unidades curriculares de Teoria Geral da Estratégia, de Política de Defesa e Segurança em Portugal (do Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais), e de Estratégia e Relações Internacionais (do curso de Pós-Graduação em Guerra de Informação/*Competitive Intelligence*). É Coordenador do Grupo Disciplinar de Estratégia e Comando Militar e membro-efectivo do Centro de Investigação da Academia Militar – CINAMIL.

fala a língua de Luís Vaz de Camões é bastante mais reduzida do que os dados oficiais parecem sugerir.

A importância que cada um dos Estados confere à língua portuguesa é bastante variável.

As elites políticas dos PALOP consideram-na vital, usando-a como instrumento de coesão nacional e eficiência institucional e burocrática, tudo fazendo para conferir legitimidade à sua condição de língua oficial, para tentarem ultrapassar dificuldades decorrentes da variedade étnico-linguística que os caracterizam – com dialectos e línguas bastante diferentes.

Para os líderes políticos de Timor-Leste, a língua portuguesa funciona como instrumento de afirmação do Estado, que pretende cimentar uma identidade própria, mas tem como vizinhos a Austrália e a Indonésia; a prazo, o português, falado apenas pelas gerações mais velhas, dificilmente não sucumbirá à influência do Inglês e do Bahasa, línguas dos Estados ora referidos, mas que já são faladas pelas gerações mais novas e por aqueles que prosseguem actividades na área económica.

Portugal procura salvaguardar os seus interesses nacionais pelo impulsionamento de valores culturais e linguísticos, obtendo assim maior peso na União Europeia e aumentando substancialmente a sua área de influência. Os mais de 5 milhões de portugueses e luso-descendentes que constituem hoje oficialmente a diáspora portuguesa estão espalhados por cerca de 40 países dos vários continentes, formando Comunidades especialmente relevantes na África do Sul, Alemanha, Brasil, Canadá, França e Venezuela, materializando-se como veículos fundamentais de divulgação da língua portuguesa. Ao Estado português compete o desenvolvimento de políticas de cooperação com os países acolhedores, de forma a criar incentivos na área cultural e económica, e a desenvolver sinergias daí resultantes. Os interesses nacionais poderão ir até onde houver cidadãos nacionais, assim Portugal os saiba utilizar como instrumentos de projecção e afirmação da Lusofonia.

Ao «Instituto Camões» compete prosseguir atribuições nas áreas da cultura e da educação para, sob superintendência e tutela do Ministro dos Negócios Estrangeiros, desenvolver a sua acção através dos centros culturais portugueses (criados no quadro das representações diplomáticas) e de leitores de língua e cultura portuguesa no exterior do Território Nacional. Cabe aqui referir que no *site* do Instituto Camões foi criado o «Centro Virtual Camões» para apoio ao ensino e aprendizagem da língua portuguesa, bem como à divulgação da

cultura portuguesa no mundo; ambos, em nosso entender, são fundamentais para que se possa incrementar a língua portuguesa como instrumento da política externa portuguesa.

E o Brasil?

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil tinha 191,3 milhões de habitantes em 2007, prevendo-se que terá 253,1 milhões de habitantes em 2050. Estamos perante um crescimento notável que se traduz num acréscimo de 10 milhões de habitantes em cada 7 anos (sensivelmente a actual população de Portugal).

Paralelamente a este crescimento da população, o Brasil descobriu a língua portuguesa como instrumento de poder e de instrumento da política externa, tendo, recentemente, de acordo com o Embaixador Seixas da Costa <sup>2</sup>, firmado acordos bilaterais com os países vizinhos no sentido de estes adoptarem o português como segunda língua, ao mesmo tempo que o Brasil também o fez em relação ao Espanhol; desta forma irá potenciar o seu papel na América do Sul, por ver mais facilitada a sua capacidade de influência.

A língua portuguesa é a 4.<sup>a</sup> língua de cultura a nível mundial, aquém do Inglês, Espanhol e Francês, pois embora tenha menos falantes que o Mandarim, Hindu e Russo, ao contrário destes, apresenta uma vocação universal.

O acordo ortográfico, que não poderia ser de sintaxe ou fonético, por mais que custe aos portugueses, é apenas mais uma passo no sentido de tentar preservar a influência de Portugal no que à língua diz respeito; o acordo, seja ele qual for, e nos moldes em que ocorrer, é o caminho que resta a Portugal. A alternativa é não fazer o acordo e deixar que se continue a aprofundar a diferença, que já é grande, na ortografia praticada em Portugal, em contraponto à ortografia vigente no Brasil e restantes países membros da CPLP. Aos mais avisados não restarão grandes dúvidas sobre a ortografia que vingará, com as consequências que daí advirão para os diferentes actores.

A língua portuguesa vê o seu estatuto de instrumento de poder e de instrumento da política externa ser reforçado pela tentativa de se tornar «língua oficial» da ONU, desiderato que coincide com um outro de enorme dimensão, mas que de algum modo lhe está associado, que passa pela pretensão do Brasil vir a ser Membro Permanente do Conselho de Segurança da mesma organização.

---

<sup>2</sup> Embaixador de Portugal no Brasil.

Face às ideias expressas, qual pode ser a posição de Portugal no Espaço da Lusofonia, no qual a língua portuguesa funciona como elemento fulcral? É certo que somos os criadores da língua portuguesa e que não há liderança na língua; mas também há a «realidade dos factos», pois atendendo à dimensão do Brasil e ao seu renovado dinamismo, somos levados a crer que a Portugal mais não resta que assumir uma «influência partilhada», que no futuro tenderá a resvalar para «uma posição periférica».

Digamos que a língua portuguesa é «filha» de Portugal, mas entretanto cresceu e «já não é só nossa»; está, provavelmente, na idade da emancipação e de deixar de estar exclusivamente sob «tutela dos pais», seguindo o seu caminho. Aos «pais» compete adoptar a difícil decisão de aceitar a progressiva autonomia da «filha», prestando-lhe o desejável apoio e orientação.